

**O PRINCÍPIO, O MEIO E
O FIM DO MUNDO MODERNO:
UMA ANÁLISE COMPARADA DE
IMMANUEL WALLERSTEIN,
GIOVANNI ARRIGHI E JOSÉ LUIS FIORI**

Pedro Nogueira da Gama

Mestre em Economia Política Internacional (UFRJ)
pngama@yahoo.com

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

(orientador)
Professor titular de História
Moderna e Contemporânea da UFRJ
chicotempo@terra.com.br

Recebido: 20 out. 2010
Aceito em: 23 nov. 2010

RESUMO

A constituição de um pensamento brasileiro em Economia Política Internacional (EPI) teve início na década de 80 (século XX) com o objetivo de buscar uma visão crítica e autônoma com relação à matriz anglo-saxônica dominante. Com base no diálogo entre a História e a EPI, este artigo propõe uma chave de leitura comparada entre as formulações teóricas em EPI dos seguintes autores: Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e José Luis Fiori. Ainda que guardem semelhanças, suas teorias apresentam importantes distinções do ponto de vista da leitura histórica do capitalismo.

Palavras-chave: capitalismo, poder, hegemonia.

ABSTRACT

The constitution of a Brazilian thought in International Political Economy (IPE) had begun during the 80's in search of a critical and autonomous perspective in relation to the Anglo-Saxon dominant view. Based on the dialog between History and IPE, this article intends to propose a compared point of view between the IPE theories of the following authors: Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi and Jose Luis Fiori. Although those theories have similarities, they also have important distinctions in relation to the historical interpretation of capitalism.

Keywords: capitalism, power, hegemony.

RESUMEN

La constitución del pensamiento brasileño en Economía Política Internacional (EPI) tuvo inicio en la década de 80 con el objetivo de buscar una visión crítica y autónoma con respecto a la matriz anglo-sajona dominante. Con base en el diálogo entre la Historia y la EPI, este artículo tiene una propuesta de lectura comparada entre las formulaciones teóricas en EPI de los siguientes autores: Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi y José Luis Fiori. Aunque tengan similitudes, sus teorías presentan importantes diferencias del punto de vista de la lectura histórica del capitalismo.

Palabras claves: *capitalismo, poder, hegemonía.*

1 INTRODUÇÃO

Um pensamento autônomo sobre a Economia Política Internacional (EPI) surgiu e ganhou expressão no Brasil depois do instigante trabalho da economista Maria da Conceição Tavares, intitulado *A retomada da hegemonia norte-americana*, de 1985. O livro *O mito do colapso do poder americano*, publicado em 2008, representa de forma marcante a construção de um programa de pesquisa, de um pensamento crítico e de uma visão alternativa à matriz anglo-saxônica que domina as principais linhas de pesquisa de EPI.

Com base em uma perspectiva comparada, este trabalho tem por objetivo contribuir para a discussão sobre as construções teóricas acerca da natureza das transformações mundiais contemporâneas, sobretudo políticas e econômicas, em particular as teorias sistêmicas problematizadas nas obras de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e José Luís Fiori. Como hipótese, entende-se que se constituem em programas de pesquisa distintos, mas que guardam semelhanças e distinções do ponto de vista de sua construção intelectual, dos conceitos, das interpretações e das leituras históricas.

Por fim, ressalte-se que foi escolhida, como método de trabalho, a opção de apresentar os pontos mais relevantes das teorias e teses de cada autor, com alguns comentários e comparações, procurando-se levantar questões ao longo da exposição. Ao final, serão feitas algumas reflexões adicionais sobre o trabalho desses autores. Dessa forma, entende-se que a análise comparada se torna mais eficaz e interessante para a leitura.

2 OS AUTORES E SEUS PROGRAMAS DE PESQUISA

2.1 IMMANUEL WALLERSTEIN E A ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO MODERNO

Talvez Immanuel Wallerstein tenha sido o primeiro intelectual a realizar um esforço de entendimento e teorização sobre o desenvolvimento do sistema-mundo moderno, combinando em um mesmo corpo teórico o conhecimento oriundo da história, da ciência política, da economia e da sociologia. Nesse sentido, vai ao encontro do que se entende por economia política internacional.

Na introdução de seu livro *World-systems analysis*, Wallerstein resume sua forma de pensar: a realidade social não deve ser encarada como um mero conjunto de múltiplos Estados nacionais, mas como um sistema-mundo que funciona de forma integrada. Esse sistema-mundo é composto de múltiplas instituições, como os próprios Estados nacionais, empresas, grupos sociais, entre outros, formando uma rede que permite que o sistema opere, mas que estimula conflitos e contradições no interior do sistema. Em resumo, o autor observa três mudanças históricas decisivas no sistema-mundo moderno: em primeiro lugar, o “longo” século XVI, quando o sistema surgiu como uma economia-mundo capitalista, segundo o termo do historiador Fernand Braudel; além disso, a Revolução Francesa de 1789, quando se iniciou a dominação pelos dois séculos seguintes de uma “geocultura” desse sistema-mundo baseada no liberalismo centrista; finalmente, os movimentos de 1968, que seriam o presságio da longa “fase terminal” do sistema-mundo moderno, com a paulatina erosão da “geocultura” liberal centrista, que vinha mantendo esse sistema-mundo unificado. Para Wallerstein, “geocultura” significa um conjunto de normas e modos discursivos, amplamente aceitos como legítimos, dentro do sistema-mundo.

Wallerstein comenta que a origem da análise dos sistemas-mundo é tributária dos debates essenciais ocorridos durante o período de 1945-70, envolvendo os novos especialistas do mundo desenvolvido capitalista, os acadêmicos do mundo socialista e os provenientes do “Terceiro Mundo”. Assim, devem ser ressaltadas as formulações do conceito centro-periferia e a subsequente “teoria da dependência”, as discussões acerca da transição entre feudalismo e capitalismo, do “modo asiático de produção”, assim como o debate sobre a “história total” e a emergência da Escola dos *Annales* na historiografia, tanto na França quanto em outros países, mas em particular os estudos realizados pelo historiador Fernand Braudel.

No final dos anos 60, com a emergência de questionamentos contra o *status quo*, procurou-se investigar as estruturas do conhecimento do ponto de vista epistemológico. Assim, objetos até então negligenciados começaram a ser investigados. Como parte desse movimento, a análise dos sistemas-mundo como uma perspectiva de investigação passou a ser discutida. Basicamente, tinha a proposta de mudar a unidade de análise, do Estado nacional para o “sistema-mundo”. Esse sistema, em determinado tempo e espaço, podia atravessar várias unidades políticas e culturais, mas representava uma área integrada de instituições e atividades econômicas, a qual seguia um determinado conjunto de regras. É importante notar que “mundo” não deve ser entendido necessariamente como envolvendo todo o globo terrestre.

Wallerstein trabalha com o conceito de “sistema-mundo moderno”, que se baseia na concepção de sistema-mundo e centro-periferia, conforme trabalhada pelo economista Raul Prebisch. Num dado tempo e espaço, o “sistema-mundo moderno” é uma economia-mundo. Sua origem se deu no século XVI e envolveu partes da Europa e das Américas. Para Wallerstein, desde o princípio, a

“economia-mundo moderna” é a primeira a ser inteiramente capitalista, ainda que não tenha sido a primeira economia-mundo a surgir. É fundamental para entender a teoria do sistema-mundo moderno, apresentada por Wallerstein, a categoria analítica marxista da “luta de classes”, assim como da apropriação da “mais-valia”. Wallerstein destaca que essa apropriação não ficaria restrita às classes sociais no interior de uma sociedade, mas entre Estados, compondo uma divisão internacional do trabalho.

Sobre a incorporação das categorias de Raul Prebisch para centro-periferia, Wallerstein ressalta que se trata de uma divisão do trabalho no interior da “economia-mundo moderna” entre processos produtivos centrais e periféricos. Mas não é uma divisão simples. Todos os Estados possuem processos produtivos centrais e periféricos, em maior ou menor medida. Sendo assim, a distinção ocorre porque alguns processos estão mais concentrados em alguns Estados. Para facilitar a compreensão, acaba-se por generalizar a linguagem e são denominados zonas ou Estados centrais ou periféricos. Contudo, deve-se tomar cuidado. Por fim, na divisão internacional do trabalho, ocorre uma migração de mais-valia dos Estados que concentram, em maior medida, processos produtivos periféricos para os Estados onde existe uma maior concentração de processos produtivos centrais.

Os produtos são definidos como “centrais” ou “periféricos”, segundo seu nível de rentabilidade e sua competitividade. A rentabilidade de um produto está diretamente ligada ao grau de monopolização do mercado. Assim, por um lado, processos produtivos do tipo “centrais” são controlados por monopólios ou oligopólios e possuem alta rentabilidade. Por outro, processos produtivos do tipo “periféricos” apresentam grande competição e rentabilidade bem inferior aos “centrais”. O resultado é uma troca desigual no mercado, pois ocorre migração do fluxo de acumulação de capital e, portanto, transferência de mais-valia.

Wallerstein aborda uma categoria intermediária: os Estados semiperiféricos. A diferença é que, nesse caso, não existem processos produtivos semiperiféricos. Esses Estados possuem uma combinação de processos centrais e periféricos. A dinâmica do sistema ocorre da seguinte forma: paulatinamente, os produtos do tipo central são substituídos por produtos novos, de maior tecnologia embutida ou maior valor agregado, tornando-se obsoletos. Os produtos novos surgem e, no início, são fornecidos por poucos países e empresas. Os produtos antigos vão adquirindo competidores, que podem ser similares ou substitutos. Em seguida, sua produção é transferida para países semiperiféricos e, posteriormente, para países periféricos. Dessa forma, o processo se perpetua. Wallerstein afirma ainda que esse tipo de mudança não afeta a estrutura do próprio sistema. Segundo Wallerstein, os Estados semiperiféricos pressionam os Estados periféricos, mas sofrem pressão dos Estados centrais. Sua maior preocupação é resistir à “periferização”, além de buscar meios de avançar rumo ao centro. Para o autor, tanto os Estados periféricos quanto os semiperiféricos requerem fundamental e considerável interferência do Estado na economia, como, por exemplo, a adoção agressiva de políticas protecionistas. Além disso, os principais concorrentes dos Estados semiperiféricos não seriam os Estados centrais ou periféricos, mas outros Estados semiperiféricos, porque ascensão na hierarquia mundial não seria possível simultaneamente a todos e no mesmo nível.

Nesse ponto, vale a pena fazer uma breve observação comparativa. Se, por um lado, Fiori concorda com a existência de uma hierarquia no sistema mundial; por outro, não considera que uma interferência maior do Estado na economia seja uma característica apenas dos Estados que não compõem o núcleo central do sistema. Para Fiori, no centro do sistema, sempre houve uma forte e decisiva

interferência do poder do Estado na economia, essencial para o processo de acumulação de capital.

Wallerstein defende a ideia de ritmo cíclico da economia. Em resumo, períodos em que indústrias de ponta e seus produtos proporcionam uma expansão da economia mundial e grande concentração de capital (fase A), que aos poucos leva a aumentos salariais e de empregos. Da mesma forma, leva ao aumento da concorrência e à consequente superprodução e erosão das taxas de lucro. Então, há uma reversão, com tendência à estagnação e à recessão econômica (fase B). O autor ressalta que a duração das fases depende das atitudes políticas dos Estados para estimular novas indústrias de ponta que podem criar uma nova fase A e assim gerar uma recuperação. Entretanto, nesse processo, a hierarquia do sistema pode sofrer alterações, que são poucas, em geral, mas qualitativamente significativas, com a ascensão ou a queda de um ou dois países. Segundo o autor, essas alterações ocorreriam a cada cem anos aproximadamente.

Para entender o surgimento do sistema interestatal, Wallerstein sugere que se investigue primeiro o nascimento do Estado moderno. Nesse processo, o conceito de soberania como um poder autônomo teria sido fundamental. Esse conceito teria surgido com o sistema-mundo moderno. Ainda que marcos históricos sejam construções intelectuais, portanto arbitrárias, existe um consenso razoável de que o sistema de Estados modernos na Europa surgiu e foi institucionalizado na Paz de Vestfália (1648). Para o autor, o que caracteriza esses Estados foi sua estrutura centralizada, com capacidade para coletar impostos e agentes para coletá-los. Além disso, desde que o sistema surgiu, uma característica presente foi o aumento constante do poder do Estado, sendo uma ferramenta essencial nesse processo a constituição de burocracias para exercer funções como a coleta de impostos, a polícia, o exército, as Cortes de Justiça, a legislação, entre outras. Ao mesmo tempo, procurou

minimizar ou eliminar os poderes e as autoridades locais preexistentes.

É importante destacar que, diferentemente de Arrighi e Fiori, Wallerstein parece não conferir destaque à aliança entre o poder e o dinheiro, ou seja, entre os príncipes e os grandes mercadores e banqueiros que, em troca de posições privilegiadas de monopólio, financiavam o poder político. Embora esse processo tenha sido lento e problemático, como a falência desses mercadores e banqueiros pelo não-pagamento dos empréstimos, acabou mostrando-se particularmente eficaz quando adquiriu feições “nacionais”. O primeiro caso de maior sucesso teria sido a Inglaterra. Para Wallerstein, a soberania é uma declaração de autoridade interna, em relação aos súditos ou aos cidadãos, e externa, em relação a outros Estados, que não poderiam interferir dentro dessas fronteiras. Tal declaração deve existir do ponto de vista formal; contudo, na prática, pode-se enxergar algum grau de interferência, o que pode levar a contestações sobre a soberania de um Estado. A questão da legitimidade formal requer reconhecimento mútuo dos demais componentes do sistema-mundo moderno, sendo fundamental para a existência e perpetuação do sistema.

Podemos perceber que Wallerstein relaciona o fluxo da mais-valia de países ou regiões “periféricas” para os países ou regiões “centrais” com a força política desses países ou regiões. Os monopólios e oligopólios dependeriam do patrocínio de Estados fortes, portanto estariam localizados jurídica e fisicamente dentro desses Estados. Em outras palavras, o autor associa a maior ou menor presença de processos produtivos centrais e periféricos ao poder do Estado. Ele afirma que Estados fracos são normalmente incapazes de alterar a divisão internacional do trabalho, sendo conseqüentemente forçados a aceitar o que lhes é imposto pelos Estados fortes. Wallerstein sugere uma relação direta entre o poder político e o poder econômico, porém parece dar

mais ênfase ao aspecto produtivo e menos ao aspecto financeiro dessa relação, não detalhando, por exemplo, como a dinâmica da dívida pública está estruturada. Em nosso ponto de vista, sua análise se torna menos abrangente por não investigar mais profundamente essa relação fundamental.

Continuando nessa linha, um ponto importante para Wallerstein está relacionado com a forma como ocorre a dominação entre os países, fruto da competição e da rivalidade entre os Estados. Uma delas seria a transformação do sistema-mundo e em um império mundial. A outra seria a obtenção de uma “hegemonia” no interior do sistema. Sobre a primeira, o autor ressalta que houve várias tentativas desde o surgimento do sistema, mas nenhuma foi bem-sucedida. Isso se explicaria porque o império mundial retira o principal motor para a acumulação de capital, o que gera hostilidades e resistências por parte dos mais importantes capitalistas. Com relação à hegemonia, Wallerstein acredita que, em geral, ocorre após um longo período de lutas e guerras no interior do sistema. Essa hegemonia poderia ser muito útil para os capitalistas, pois criaria ordem e estabilidade para sua atuação, especialmente para os monopólios industriais de ponta. Entretanto, a hegemonia de uma potência não poderia durar por muito tempo, porque suas eficiências econômicas seriam ameaçadas e eventualmente superadas pelas de outras potências, num novo processo de guerras e disputas. Para o autor, a economia-mundo capitalista necessita da hegemonia temporária de uma potência, do sistema interestatal e da competição entre suas unidades para a continuidade da acumulação de capital.

Wallerstein afirma que, na dinâmica do sistema-mundo moderno, a autoridade de um Estado está presente em, pelo menos, sete áreas: mobilidade de capital, trabalho e mercadorias por suas fronteiras; direito de propriedade no interior do Estado; definição de regras para empregados e empregadores; definição dos custos que serão internalizados

ou não pelas empresas; permitir ou não que processos econômicos sejam monopolizados; definição dos impostos e sua utilização; finalmente, o uso de seu poder para influenciar as decisões de outros Estados. A influência que alguns capitalistas possuem no Estado, de forma a estimular e acelerar o processo de acumulação de capital em detrimento de outros, inclusive nos demais territórios ditos soberanos, revela-se um ponto fundamental para compreender o funcionamento do sistema.

Outro ponto central da análise de Wallerstein diz respeito às crises do sistema-mundo capitalista como resultado das contradições internas ao próprio capitalismo, conforme Karl Marx já tinha destacado em sua obra. As crises em geral seriam caracterizadas por dificuldades que seguem ritmos cíclicos e tendências estruturais; entretanto, não poderiam ser solucionadas de dentro do sistema. Somente poderiam ser superadas por fora e além do sistema histórico do qual as dificuldades fariam parte. A mudança para um novo sistema no futuro passaria por um período de transição, que pode ser caótico e incerto. Nesse sentido, as instabilidades da economia-mundo capitalista desde os anos 70 seriam um sintoma de uma crise sistêmica e de um período de transição que pode durar mais 25 ou 50 anos. Durante esse período, continuarão emergindo diversos conflitos no interior do sistema interestatal capitalista.

Fica a pergunta: para Wallerstein, quais seriam as tendências que, depois de um determinado ponto, não poderiam mais ser superadas?

Em primeiro lugar, Wallerstein acredita que, historicamente, os três custos de produção (remuneração, insumos e impostos) têm apresentado um crescimento firme nos últimos 500 anos e, em particular, nos últimos 50 anos. Todavia, o mesmo não se pode dizer dos preços. Apesar do crescimento da demanda efetiva, a entrada contínua de novos produtores e a eterna dificuldade de manter as condições de

oligopólio, com o aumento dos custos, gera uma tendência à redução dos lucros. Os produtores realizam esforços constantes para reverter essa tendência. Mas o autor defende que, a partir do final dos anos 60, é possível observar que esses esforços chegaram ao limite.

Além do início de uma nova fase B, segundo Wallerstein, a ofensiva conservadora que entrou em curso nos anos 70 procurou reagir à contracultura e às reivindicações de mudança na ordem mundial, assim como garantir uma retomada das taxas de lucros. Isso passou a ocorrer com o aumento das especulações financeiras em vez dos investimentos em setores produtivos. A teoria do “neoliberalismo”, a aplicação de políticas de liberalização dos mercados e das finanças, as pressões dos “ajustes estruturais” aos países endividados, a disseminação de políticas que ficaram conhecidas como o “Consenso de Washington”, o colapso da URSS e dos países do “bloco socialista”, a “globalização” dos anos 80 e 90, entre outros fatores, tiveram como consequência o aumento da instabilidade política e econômica em nível global. A reação norte-americana aos ataques do dia 11 de setembro de 2001 e os esforços no sentido de liquidar as estruturas geopolíticas existentes desde a Segunda Guerra Mundial teriam tornado o sistema interestatal capitalista ainda mais caótico, o que para Wallerstein reforça a ideia de uma crise sistêmica e terminal.

2.2 GIOVANNI ARRIGHI E OS CICLOS HEGEMÔNICOS E SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

Arrighi escreveu o livro *O longo século XX* estimulado por entender a crise econômica mundial das décadas de 70 e 80. Esse autor defende a interdependência de dois processos: a formação do sistema interestatal moderno e do sistema capitalista em nível mundial. Com base nos estudos de Braudel, ele acredita que as expansões financeiras são

recorrentes em toda a história do capitalismo, indicando geralmente uma mudança de um determinado regime de acumulação de capital para outro. Nesse sentido, para o autor, a crise mencionada representaria não apenas a derrocada do sistema norte-americano de acumulação de capital, mas também o fim de um ciclo do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Dividindo a “longa duração” capitalista em tempos cíclicos de acumulação, percebendo a forma como ocorriam as transições entre os regimes de acumulação e adotando a ideia braudeliana das expansões financeiras como etapas finais de uma determinada fase do capitalismo, Arrighi procurou entender a dinâmica do sistema mundial, sintetizando-a teoricamente. Assim, no interior da longa duração, o autor construiu uma teoria cíclica do sistema interestatal capitalista. Em resumo, ele decompõe o processo de desenvolvimento capitalista nos ciclos sistêmicos de acumulação, que teriam sido genovês, holandês, britânico e, finalmente, norte-americano. Para o autor, essa divisão se deve à centralidade das ações e estruturas das empresas e dos governos desses Estados na formação de tais fases sucessivamente.

Dois observações importantes devem ser feitas sobre a obra de Arrighi. Em primeiro lugar, Arrighi comenta que, ao fazer um recorte e restringir o foco de análise, *O longo século XX* não segue a linha adotada em seus trabalhos anteriores sobre a luta de classes e a divisão polarizada da economia mundial em centros e periferias. De nenhuma forma Arrighi renega suas concepções anteriores sobre o século XX. Entretanto, ressalta que era necessário buscar outra explicação para entender a relação entre poder e capital no longo processo de formação da era moderna. Nesse sentido, afasta-se da forma de pensar de Wallerstein. Contudo, Arrighi reconhece em seu trabalho a influência de Wallerstein. Tal influência se fez em dois sentidos. Se, por um lado, Arrighi

entende com Wallerstein a importância da abordagem braudeliana da “longa duração” para a compreensão histórica do capitalismo; por outro, afasta-se deste autor no que diz respeito à explicação centro-periferia. Considera mais apropriado estudar a dinâmica entre os principais centros de acumulação de poder e capital, ou seja, entre os países centrais.

Arrighi acredita na flexibilidade e na imensa capacidade de adaptação e reinvenção como características essenciais do capitalismo. Essa flexibilidade e adaptabilidade estariam presentes na fórmula da Karl Marx (DMD’), no sentido de que a mercadoria é um meio de garantir a rentabilidade do capital, que tende a retornar às formas mais flexíveis, de maior liquidez, como a forma monetária. Esse retorno se intensifica quando a liberdade do capital, sua flexibilidade e ampliação da liquidez se tornam mais restritas. Mais do que isso, Arrighi defende que, nesse processo, existe uma tendência sistêmica. Seguindo a interpretação braudeliana da “expansão financeira” como sinal de que uma determinada fase do capitalismo se está encerrando, o autor sugere que essa tendência pode ser percebida na retirada da atividade mercantil em prol da atividade bancária tanto dos genoveses quanto dos holandeses. De mesma forma, teria ocorrido a reprodução dessa tendência na Inglaterra, com uma ênfase maior nas finanças, em detrimento da produção industrial no final do século XIX.

Arrighi (1996, p. 6) interpreta a fórmula do capital de Marx (DMD’) como

[...] um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM da acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’).

Associadas às fases de expansão material e financeira, estariam respectivamente as fases de ascensão e declínio de poder de um determinado Estado nacional. Assim, os ciclos sistêmicos de acumulação seriam componentes essenciais para explicar os ciclos hegemônicos do capitalismo histórico, ou seja, a hegemonia de potências como a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos. Nesse ponto, Arrighi tem uma posição diferente de Wallerstein e Braudel. Como destaca na introdução de *O longo século XX* (p. 6-7), seus ciclos sistêmicos de acumulação são de natureza distinta dos “ciclos seculares” e dos ciclos de Kondratieff:

Esses ciclos são totalmente diferentes dos ciclos seculares (ou curvas logística de preços) e dos ciclos (mais curtos) de Kondratieff, a que Braudel conferiu tanta importância. Os ciclos seculares e os de Kondratieff são constructos empíricos cuja base teórica é incerta, derivados da observação das flutuações de longo prazo nos preços das mercadorias [...] Os ciclos seculares têm algumas semelhanças notáveis com nossos ciclos sistêmicos: somam um total de quatro, todos duram mais de um século, e se tornam progressivamente mais curtos [...] Entretanto, os ciclos seculares de preços e os ciclos sistêmicos de acumulação são completamente assíncronos entre si. A expansão financeira tem igual probabilidade de surgir no começo, no meio ou no fim de um ciclo secular (de preços).

A seguir, pretende-se apresentar breve e sucintamente a construção teórica de Arrighi. Em primeiro lugar, o autor menciona o peso fundamental dos estudos de Braudel acerca das altas engrenagens do capitalismo, dos lucros em larga escala feitos pelos grandes predadores e sua estreita ligação como fornecedores de empréstimos ao Estado, algo que não se percebe na análise de Wallerstein. Seguindo os passos de Marx, Arrighi reconhece a importância da dívida pública nacional e da aquisição e negociação dos

títulos públicos pelos donos do dinheiro que, dessa forma, realizam lucros extraordinários. Ou seja, esses lucros ocorrem não somente por causa das atividades econômicas mais lucrativas estarem concentradas nas mãos de poucos (oligopólios), mas principalmente pela flexibilidade de mover o capital de forma contínua, sempre em busca de melhores opções de lucro. Nesse sentido, o capitalista se caracteriza pela busca constante e sistemática da capacidade de multiplicação de seu dinheiro, independente da natureza das atividades específicas. Para o autor, as expansões financeiras seguem essa lógica, portanto são sintomas de que naquele momento os investimentos no comércio e na produção resultam em uma acumulação menos significativa do que os negócios financeiros.

Para Arrighi, os ciclos sistêmicos de acumulação se caracterizam por rupturas e permanências. Se, por um lado, o processo mundial de acumulação é contínuo; por outro, o limite de crescimento por um determinado caminho estabelecido leva ao “deslocamento” da economia capitalista mundial, ao rompimento e à geração de novas estruturas, estratégias e organizações, de forma a construir um novo caminho. É nesse momento que Arrighi percebe as expansões financeiras cíclicas. Assim, os ciclos sistêmicos de acumulação são compostos de sucessivos regimes que se formam, se consolidam e então se desintegram, sendo parte de um processo contínuo de expansão da economia capitalista mundial.

Arrighi concorda com Braudel sobre o surgimento e a expansão do capitalismo ser dependente da associação com o poder do Estado, formando um sistema que, na essência, é o contrário da economia de mercado. Nesse sentido, a principal questão se refere à maneira como se deu essa associação, ou seja, a concentração do poder político e do poder capitalista, que ocorreu de forma mais eficaz na Europa do que em outras partes. Concorda com Max Weber sobre a

ideia de uma competição entre os Estados pelo capital circulante. Assim, existe uma ajuda mútua. Os grupos dominantes no interior dos Estados lideram, ao mesmo tempo, os processos de concentração de poder político e de acumulação de capital. Complementando o pensamento de Weber, Arrighi diz que a expansão mundial do capitalismo esteve associada a um aumento da complexidade das estruturas políticas e organizacionais de uma potência hegemônica para outra. Além disso, a potência subsequente seria dotada de mais território e maior variedade de recursos, com um aumento de escala da capacidade de acumulação de poder e de capital. Entretanto, quando o processo de acumulação em nível mundial chega a seu limite, seguem-se períodos de luta interestatal. Dessa luta, emerge uma nova potência hegemônica, que em geral é aquela que já controla as principais fontes de excedente de capital e promove uma profunda mudança estratégica, estrutural e organizacional, promovendo uma nova fase de expansão capitalista, com escala e alcance ainda maiores.

Partindo da concepção braudeliana de capitalismo, com uma divisão analítica em três camadas (superior, intermediária e inferior), o próprio Arrighi se distingue de Wallerstein sobre o nível em que cada estudioso trabalha. Para Arrighi, os teóricos da dependência e do sistema-mundo, o que incluiria Wallerstein, trabalham no nível intermediário, que investiga como se constrói a polarização da produção em tipos “centrais” e “periféricos”. Nesse sentido, não teriam abrangido o nível superior, ou seja, das altas engrenagens financeiras. Em princípio, Arrighi estaria correto sobre a ênfase no aspecto produtivo e a pouca atenção dada por Wallerstein à dívida pública e ao papel dos detentores do dinheiro no financiamento do Estado. Entretanto, Wallerstein também considerou em sua análise a longa duração, o ritmo cíclico do sistema e o “antimercado” capitalista em que se encontrariam os oligopólios produtivos de maior rentabilidade.

Assim, a princípio, Wallerstein teria trabalhado no nível superior, mas focalizado na questão produtiva.

Arrighi entende, à maneira marxista, que a competição interestatal, que foi essencial para a expansão capitalista mundial, possui contradições e limites. Ao expandir-se, o poder de um Estado acabaria minando a concorrência interestatal pelo capital circulante. Sendo essa concorrência o motor essencial do processo de acumulação, o sistema mundial tenderia ao colapso. Nesse sentido, Fiori e Arrighi parecem convergir sobre essa tendência ao colapso em consequência do fim da concorrência entre os Estados, levando o sistema à “entropia”, conforme a expressão de Fiori. Contudo, diferentemente de Arrighi, Fiori não vê na crise mundial, iniciada no final dos anos 60, nem na inversão do fluxo de capital, como ocorreu nos anos 80 do centro “emergente” japonês para o centro “declinante” norte-americano, os sintomas de contradição e de limitação do funcionamento do sistema interestatal capitalista liderado pelos EUA. Tampouco Fiori compartilha a hipótese de término do sistema e de transformação que Arrighi sugere no livro *Adam Smith em Pequim*.

Nesse livro, é possível perceber uma preocupação do autor com o centro dinâmico do sistema-mundo. Em *Adam Smith em Pequim*, volta-se principalmente para EUA e China. Como ele mesmo reconhece ao escrever esse livro (2008, p. 14), seu objetivo era

[...] interpretar, à luz da teoria do desenvolvimento econômico de Adam Smith, a atual transferência do epicentro da economia política global da América do Norte para a Ásia oriental quanto apresentar uma interpretação de *A riqueza das nações*, à luz dessa transferência.

Nesse sentido, o autor parte do pressuposto de que existe um fato, ou seja, a transferência do centro dinâmico

capitalista. A ideia contida nessa certeza vai ao encontro da teoria dos ciclos hegemônicas descrita em detalhes em *O longo século XX* (2008, p. 24), ou seja, de que o ressurgimento econômico da Ásia oriental, desde os anos 60, seja um sintoma de uma ascensão paulatina do poder social e econômico dessa região e do simultâneo declínio do poder centrado no mundo ocidental. Entretanto, deve-se perguntar se esse pressuposto apresenta problemas teóricos, históricos ou de outra natureza.

A tese geral apresentada neste livro é que o fracasso do Projeto para o Novo Século Norte-Americano e o sucesso do desenvolvimento econômico chinês, tomados em conjunto, tornaram mais provável do que nunca, nos quase dois séculos e meio desde a publicação de *A riqueza das nações*, a concretização da ideia de Smith de uma sociedade mundial de mercado, baseada em uma maior igualdade entre as civilizações.

Arrighi é cauteloso ao não considerar o futuro asiático como inevitável. Afinal, como esse autor admite, os escritos de Smith são de um tempo em que a superioridade europeia e a subjugação pela força dos povos da África e da Ásia estavam apenas no início. Todavia, enxerga no renascimento asiático a possibilidade de uma equalização de poder sugerida por Smith, ainda que, de seu ponto de vista, não indique que as nações irão igualmente se beneficiar das oportunidades do processo de integração econômica mundial que tem ganhado força desde os anos 80. Para Arrighi, houve uma transformação da hegemonia norte-americana em dominação sem hegemonia. Ele entende que, assim como o Vietnã, o Iraque representa um sintoma da crise hegemônica. O Iraque teria sido um fracasso do projeto imperial neoconservador, tendo como resultado não intencional a intensificação da mudança de eixo da economia global para a Ásia, em particular, a China. Assim, ainda que a década de 80

tenha significado um momento de crescimento do poder e da riqueza norte-americanos, Arrighi parece crer que a crise de 1968-1973 evidenciou o início do declínio do poder dos EUA no sentido político, militar e econômico, enquanto o poder chinês estava em franco crescimento.

Entretanto, Fiori tem uma visão diferente, ao ver na ascensão chinesa o resultado da intensificação de uma relação que é, ao mesmo tempo, de parceria, de concorrência e de complementaridade econômica, mercantil e financeira com os EUA, cujas consequências parecem reforçar e não erodir o poder norte-americano. Por exemplo, não há evidências concretas de perda da centralidade do dólar na economia mundial. Em suma, ao contrário de Arrighi, Fiori defende que os EUA continuam mostrando uma incrível capacidade de recuperação e seguem como a principal potência tecnológica, econômica, financeira e militar.

Arrighi compreende o crescente aumento da dívida pública norte-americana e a dependência financeira com os governos estrangeiros como tendo consequências políticas que restringiriam a capacidade dos EUA de defender seu interesse nacional. Assim, parece não considerar que, nessa dinâmica, é extremamente relevante o papel do padrão dólar flexível, que não possui uma base metálica, diferentemente dos padrões monetários anteriores. Arrighi reconhece que a riqueza acumulada pelos demais países sob a forma de títulos de dívida norte-americanos se baseia na força da moeda nacional dos EUA como reserva de valor internacional. A mesma análise procura evidenciar que a taxa de remuneração desses títulos é controlada pelo país devedor, ou seja, os EUA, e que desvalorizações cambiais representariam perdas para os credores. Nesse sentido, qual a ligação que Arrighi faz entre esse processo e o declínio norte-americano?

O autor considera que o principal problema estaria na utilização dos recursos provenientes da senhoriação em gastos de consumo e não para investimentos estruturais que

poderiam conferir aumentos de produtividade e de competitividade ao capitalismo norte-americano. Entretanto, entende Arrighi (2008, p. 209):

Seja como for, o ajuste resultará inevitavelmente numa queda ainda maior do controle norte-americano sobre os recursos econômicos mundiais, na redução do peso e da centralidade do mercado norte-americano na economia global e na diminuição do papel do dólar como meio de pagamento internacional e moeda de reserva.

Ainda que essa previsão seja coerente com a matriz teórica do autor, a perda de poder relativo dos EUA não necessariamente significa uma derrocada desse país. Vale lembrar que, no caso britânico, as duas guerras mundiais em que a Inglaterra enfrentou e venceu seu *challenger*, a Alemanha, levaram-na, ao mesmo tempo, ao ápice de seu império e à incapacidade de arcar com seus pesados custos e com as dívidas de guerra. Os acordos de Bretton Woods teriam oficializado o que já era patente, ou seja, a incapacidade de perpetuar o padrão libra-ouro e a ascensão do dólar como moeda e reserva de valor internacional. Assim, Arrighi parece enxergar semelhanças com a derrocada britânica em relação à época atual no sentido de uma escalada destrutiva contra um *challenger*, que se apresenta não na forma de um Estado nacional, mas de uma ideia, a “guerra ao terror”. Nesse sentido, representa uma profunda diferença em relação aos casos anteriores, que dão base à sua construção teórica.

Por fim, para descrever o processo histórico de transformação do capitalismo e de sua relação com uma determinada ideia de imperialismo, Arrighi utiliza o trabalho de David Harvey sobre “superacumulação” e “ajuste espaço-temporal”. Em resumo, estão apoiados na ideia marxista de que a acumulação de capital num determinado território

estimularia a redução constante ou mesmo a eliminação das barreiras espaciais, acirrando a concorrência e erodindo os monopólios. O capital acumularia excessivamente, incentivando a inovação constante, eliminando os lucros extraordinários e gerando um esgotamento da capacidade de acumular desse território. A crise subsequente somente seria resolvida pela incorporação de um novo território.

Contudo, existiriam outras consequências, do tipo políticas e sociais, não raro marcadas por contradições. Inevitavelmente, o território sofreria transformações estruturais, destruindo combinações produtivas anteriores e introduzindo novas combinações. O imenso capital fixado nesse território agiria como um obstáculo, alimentando os interesses já conquistados e inibindo a mobilidade. Se o capital migrasse, o resultado seria devastador para o antigo território, que sofreria desemprego e recessão econômica. Nesse sentido, Arrighi concorda com Harvey ao considerar a China como o local privilegiado do ajuste para a atual crise de superacumulação, o que poderia gerar, ao mesmo tempo, resistência norte-americana, perda de poder relativo e instabilidade social nos EUA. Essa análise confere uma excessiva ênfase mercadológica e concorrencial ao funcionamento do capitalismo. Não leva em consideração, por exemplo, a disputa e a conquista de posições privilegiadas de monopólio, como componentes essenciais à dinâmica do capitalismo mundial.

2.3 JOSÉ LUIS FIORI E A TEORIA DO “UNIVERSO EM EXPANSÃO”

A teoria do “universo em expansão” e a tese da “explosão expansiva”, de Fiori, estão explicadas em seu artigo “O sistema interestatal capitalista”, no livro *O mito do colapso do poder americano*. A teoria e a tese interpretam o sistema interestatal capitalista como uma disputa contínua entre os

Estados pela acumulação de poder e capital, em que os momentos de paz e guerra, ordem e desordem, expansão e crise são provocados segundo os interesses das grandes potências que, no limite, lutam entre si pelo “poder global”, um poder não do tipo “hegemônico”, mas “imperial”.

Tendo como referências Tucídides, Thomas Hobbes e Norbert Elias, Fiori argumenta que, no “longo século XIII”, pela coerção ou por alianças, iniciou-se no noroeste da Europa um processo de concentração de poder, em grande medida, motivado pelo medo da aniquilação, que produziu uma força propulsora, uma pressão competitiva entre as unidades de poder numa luta pela sobrevivência. Nesse processo, surgiram os Estados modernos europeus ou, segundo Elias, ocorreu a sociogênese do Estado. Uma vez iniciado, o processo tem uma dinâmica automática. A luta pela sobrevivência e o medo constante de ser subjugado provocam um aumento da pressão competitiva, que leva a um crescente expansionismo do sistema, resultando em um aumento dos conflitos e das guerras, bem como uma projeção do poder dos Estados para fora de si mesmos. Essa projeção do poder traz outras partes do mundo para a mesma dinâmica, expandindo seu “universo”. Não teria sido a guerra em si que se constituiu no principal mecanismo de acumulação de poder e capital, mas a preparação para a guerra ou a “guerra potencial”. A associação dos príncipes com os banqueiros, a formação da dívida pública e a articulação de guerra e tributos, moedas e comércio, criaram a principal engrenagem do aumento do excedente e da multiplicação do dinheiro pelo dinheiro, sem passar pela mercadoria. Fiori ainda ressalta que esses Estados já nasceram com uma “vocação imperial”. Em outras palavras, os Estados nascem e, simultaneamente, se expandem para fora de suas fronteiras, ou seja, o sistema se “internacionaliza”. É nessa dinâmica que surgem as economias nacionais como principal instrumento expansivo do poder.

Na teoria de Fiori, no sistema interestatal, expansivo e competitivo, não há qualquer possibilidade de equilíbrio de poder ou mesmo de estabilidade temporária, conforme a concepção de Wallerstein para hegemonia. Da mesma forma, é improvável a concretização de uma utopia cosmopolita de tipo kantiano. É importante ressaltar que, do ponto de vista lógico, o sistema tende para a monopolização do poder por apenas um único Estado. Entretanto, isso significaria o fim da competição, portanto o fim do processo de acumulação de poder e capital. Sendo o poder uma relação social, existe a necessidade do outro. Nesse sentido, ter concorrentes e inimigos faz parte da lógica da sobrevivência do sistema interestatal. Mas isso não impede que haja convivência e complementaridade entre os Estados, o que explica, em alguma medida, maiores ou menores períodos de paz no sistema, sem que isso signifique estabilidade ou equilíbrio de poder. Por isso, Fiori considera mais apropriado trabalhar com o conceito de “poder” e vê problemas no uso e conceituação do que seja “hegemonia”.

Conforme declara em seu artigo, Fiori não concorda com as teses de que os EUA se encontram em declínio final, do ponto de vista do poder mundial. Nesse ponto, vai de encontro ao pensamento de Wallerstein e Arrighi. Suas principais críticas em relação a esses dois autores se baseiam nos argumentos a seguir. Para Fiori, Wallerstein sustenta a tese de término do poder norte-americano em uma teoria cíclica de hegemonias sucessivas, seguindo uma espécie de “ciclo vital”. Entretanto, segundo Fiori, Wallerstein teria considerado esse processo de ascensão e queda hegemônica como apenas mais um aspecto da engenharia política que atua no funcionamento do capitalismo enquanto “modo de produção”. Este autor teria privilegiado a produção acerca da forma como entende o capitalismo. Além disso, também teria apontado que a crise da hegemonia norte-americana, iniciada nos anos 70, ter-se-ia transformado na crise final do sistema-

mundo moderno, que seria substituído por uma nova ordem internacional, a qual não seria possível prever ou conhecer até meados do século XXI. Para Fiori, essa tese carece de sustentação empírica, pois estaria ocorrendo, a partir dos anos 80, uma transformação do enfraquecimento relativo norte-americano em seu exato oposto. Nesse sentido, quando testada, a tese de Wallerstein se mostra falha.

Fiori entende que a originalidade teórica de Arrighi se encontra na ideia braudeliana da estreita e virtuosa relação entre poder e capital, a qual segue em seus próprios estudos teóricos. A contribuição de Arrighi teria sido identificar e articular os “ciclos de poder” ou “hegemônicos” com os “ciclos sistêmicos de acumulação”. Todavia, se esse conceito é o ponto forte da teoria de Arrighi, para Fiori, também é seu ponto fraco por causa da falta de precisão e do caráter esquemático que a articulação entre os dois ciclos é feita por Arrighi. Em particular, Fiori enxerga alguns problemas de interpretação histórica que servem de alicerce para a construção teórica arrighiana. Por exemplo, Arrighi entende que, no final do século XIX e no início do século XX, a expansão capitalista e imperialista foi produto da “derrocada hegemônica inglesa”. Diferentemente, Fiori entende que essa expansão tinha uma profunda relação com a ascensão do poder dos demais Estados e de suas economias nacionais, que se internacionalizavam, nem tanto com um suposto declínio inglês. Talvez a principal crítica de Fiori às teorias dos dois autores e suas teses “terminais” diga respeito à tendência de ambos em ver na “crise hegemônica norte-americana” os sinais do fim do sistema interestatal e do capitalismo. Segundo Fiori (2008, p. 20), existe uma leitura equivocada dos fatos e do processo histórico e sua associação com as temporalidades braudelianas:

Fernand Braudel distingue o tempo breve, da vida política imediata, do tempo cíclico da vida econômica e da “longa duração” das grandes estruturas

históricas. Deste ponto de vista, é verdade que os Estados Unidos estão enfrentando uma crise de liderança, no “tempo breve” das relações políticas imediatas com seus aliados e adversários, mas isto não significa, necessariamente, uma diminuição do seu “poder estrutural”, segundo a distinção clássica de Susan Strange. Da mesma forma, no tempo cíclico da economia, os Estados Unidos vêm enfrentando uma sucessão de “bolhas especulativas” desde 1987, mas nenhuma provocou ainda uma recessão mais profunda e prolongada da economia americana. Por fim, no plano das “longas durações” históricas, onde tudo se transforma de maneira mais lenta, as derrotas militares americanas e a expansão chinesa não significam, necessariamente, uma crise final do poder americano. [...] Sem distinguir estes planos e os diferentes tempos, pode-se confundir, com facilidade, o fim de um ciclo normal da economia capitalista com uma crise estrutural ou terminal do próprio capitalismo.

Nesse sentido, as trajetórias recentes dos EUA e da China teriam relação com uma mudança sistêmica e estrutural do sistema, associada à expansão contínua e bem-sucedida do próprio poder norte-americano. Para Fiori, o principal problema das teorias cíclicas está em sua tendência determinista e na leitura equivocada das contradições do sistema. Essas teorias tendem a considerar os períodos hegemônicos como estáveis, que nessa visão seriam muito salutares para o funcionamento do sistema. Ao contrário, Fiori defende que não é possível que haja estabilidade, uma vez que a própria potência hegemônica possui um papel central na permanente desestruturação das regras e instituições que conferem alguma ordem ao sistema. Por fim, Fiori entende que o crescimento do poder político e econômico dos demais componentes do sistema depende, de forma direta e indispensável, da acumulação de poder e capital da principal potência do sistema. Deve-se, portanto, distinguir um possível “declínio relativo” do poder norte-americano em relação à

China e a outros países com uma derrocada derradeira do poder político e econômico dos EUA ou mesmo do fim do sistema interestatal capitalista.

3 CONCLUSÃO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PRINCÍPIO, O MEIO E O FIM DO MUNDO MODERNO

Existem semelhanças no pensamento dos três autores. Eles se baseiam na análise de “longa duração”, conforme a concepção de Braudel. Compreendem o funcionamento do mundo moderno como um sistema integrado do ponto de vista político e econômico que é inerentemente conflituoso e contraditório. Eles observam que esse sistema-mundo é hierárquico do ponto de vista do poder entre as unidades do sistema. Em suas respectivas reconstituições históricas e construções teóricas, os três autores abordam o nascimento, a ascensão e a possibilidade de término do sistema interestatal capitalista.

Wallerstein, Arrighi e Fiori ressaltam a importância fundamental de Braudel para a análise do sistema interestatal capitalista, em particular, a ideia do capitalismo como o “antimercado” que vai absolutamente de encontro ao pensamento dos economistas liberais. Além disso, a “longa duração” braudeliiana se torna o recorte cronológico para a análise dos três autores, que evitam dessa forma construções intelectuais baseadas em verdades eternas, ainda que permitam algumas generalizações. Assim, é possível afirmar que os autores não acreditam na compreensão apoiada em uma filosofia da história, ou seja, uma lei geral fora do tempo e do espaço que conduziria a história, como, por exemplo, a teoria iluminista do progresso. Por fim, renegam as fronteiras tradicionais entre as ciências sociais, entendendo que a compreensão não permite a monopolização de objetos de investigação, assim como sua hierarquização. Para eles,

esses objetos, assim como suas estruturas e seus atores centrais, são produtos de um processo e devem ser estudados historicamente de forma sistêmica. Contudo, ao longo deste trabalho, procurou-se destacar algumas importantes diferenças entre os autores. A seguir, serão destacadas outras distinções, tomando como principal eixo investigativo o nascimento, a maturidade e o possível fim do sistema interestatal capitalista.

Quando Wallerstein trata de ritmos cíclicos, ele tende a considerar os ciclos de Kondratieff em sua análise, sendo a fase A para expansão econômica e a fase B para a estagnação. Se, por um lado, Arrighi também considera os ritmos cíclicos como essenciais para entender a dinâmica da economia-mundo capitalista, por outro lado, a natureza dos ciclos para Arrighi é distinta, ou seja, não adota os ciclos de Kondratieff como explicação razoável para o aspecto cíclico dentro da longa duração. Para Arrighi, não há uma relação lógica entre o aumento e redução cíclica de preços e os ciclos sistêmicos de acumulação de capital. Essa é uma importante diferença entre os dois autores. No caso de Fiori, ele afirma que existiram vários momentos de expansão e contração do sistema interestatal, com o respectivo aumento e diminuição da quantidade de unidades, mas a princípio não acredita que esses momentos estejam vinculados obrigatoriamente a uma dimensão cíclica da economia mundial.

Diferentemente de Wallerstein e Arrighi, Fiori não observa, nos períodos de paz, um equilíbrio ou uma estabilidade do sistema e, no período das grandes guerras, momentos de crise e de transição “hegemônica”. Para Fiori, o “jogo das guerras”, seja no conflito propriamente dito ou na preparação para o conflito, é um dos motores essenciais da dinâmica do sistema. Sendo assim, não é possível pensar em equilíbrio ou estabilidade, ainda que ao longo da história do sistema interestatal tenham existido períodos mais pacíficos e períodos mais conflituosos.

Uma questão que requer cuidado está relacionada à tese da superação do poder norte-americano pela China. Nos ciclos hegemônicos de Arrighi, deve-se atentar que os três casos têm em comum o fato de serem três Estados de marcada influência anglo-saxônica, europeia e protestante, com origens étnicas e culturais que guardam profundas semelhanças. Fiori destaca em seus estudos que tais marcas foram fundamentais para as parcerias que ocorreram, primeiramente, entre Províncias Unidas e Inglaterra e, posteriormente, entre Inglaterra e EUA. Nesse sentido, com língua, cultura e valores radicalmente distintos, a China representa uma mudança nos ciclos hegemônicos que contraria as semelhanças presentes até então na construção teórica arrighiana.

A explicação encontrada por Arrighi estaria no fracasso do projeto norte-americano de um império mundial como o sinal de uma “crise terminal”. Ele acredita no fim do capitalismo mundial e na emergência de uma economia de mercado, como pensada por Adam Smith, centrada na Ásia oriental, em particular, na China. Entretanto, se for considerado o quadro teórico de Fiori, ainda que a formação de um império mundial seja uma tendência no interior do sistema interestatal, a formação de tal império levaria à entropia dos processos de competição, acumulação e concentração de poder e capital, resultando conseqüentemente no fim do sistema. Nesse sentido, diferentemente de Arrighi, Fiori entende que o fracasso do projeto imperial não representou o sinal de uma derrocada terminal do poder norte-americano. Pelo contrário, significa que os processos de competição, acumulação e concentração de poder e capital encontraram um novo fôlego.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de uma teoria pode ser medida em relação à história: ela permite constituir o modelo de funcionamento de um sistema, modelo que servirá como hipótese de trabalho para o pesquisador e, ao mesmo tempo, como quadro de referência que o deixará livre da mera acumulação de dados empíricos. Ainda que as teorias e as teses aqui discutidas apresentem elementos convergentes e distinções essenciais, é inegável que se constituem em programas de pesquisa fundamentais para a construção da Economia Política Internacional enquanto campo de estudos significativo para a compreensão do mundo moderno.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: _____; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. O poder global: formação, expansão e limites. In: _____ (org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University, 2005.